

***GESTÃO DOS  
MUNICÍPIOS:  
AÇÕES ESPORTIVAS  
PARA PESSOAS COM  
DEFICIÊNCIA***

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos

M528g

Lima-Trigo, Elke

Gestão dos municípios: ações esportivas para pessoas com deficiência / Elke Lima-Trigo... [et al.] -- Santos: Paradesporto Brasil + Acessível, 2023. -- 31 p.: il. color.

Vários autores

ISBN: 978-65-00-70155-5

1. Paradesporto. 2. Pessoa com deficiência. 3. Gestão municipal. 4. Esportes. 5. Educação física. I. Lima-Trigo, Elke, II Melo, Geiziane Leite Rodrigues.. III. Cidade, Ruth. IV. Willig, Renata Matheus. V Guerra, Ricardo L Fernandes VI Renan Mendes VII João Victor Moretti de Souza VIII Maria Eloisa de Olivera IX. Winckler, Ciro. X. Título.

CDD 796.087

Bibliotecária: Elisangela M. Santos CRB 8/6657



# SUMÁRIO

## Sumário

<b>SUMÁRIO</b>	<b>3</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>4</b>
<b>MÉTODO</b>	<b>9</b>
<b>RESULTADOS</b>	<b>12</b>
A. POPULAÇÃO E REGIÃO DA AMOSTRA .....	13
B. AÇÕES ESPORTIVAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	14
C. ÓRGÃO GESTOR.....	20
D. QUADRO FUNCIONAL E CAPACITAÇÃO .....	21
E. CARACTERÍSTICAS DO GESTOR .....	22
F. POPULAÇÃO .....	24
G. MODALIDADES OFERECIDAS .....	27
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>29</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>31</b>



# INTRODUÇÃO





O direito a prática do Esporte é garantido pelo artigo 217º da Constituição Federal, que estabelece como dever do Estado o fomento das práticas desportivas (BRASIL, 1988, artº 217). Por sua vez, o Estatuto das Pessoas com Deficiência, através do artigo 42 da Lei Brasileira de Inclusão Nº 13.146, assegura o direito ao esporte, à cultura, ao lazer e ao turismo às pessoas com deficiência (PcD) em igualdade de oportunidade que as pessoas sem deficiência (BRASIL, 2015). Conectando esses conceitos, a Lei Geral do Esporte apresenta em seu artigo 3º que **todos** têm direito à prática esportiva em suas múltiplas e variadas manifestações, com ênfase para às pessoas com deficiência.

A Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) em seus artigos 1º e 18º estabelece a divisão dos entes federativos (União, Estados, Distrito Federal, e os Municípios) apresentando a autonomia e as competências desses ao longo dos demais artigos do texto. A regulação desse processo no meio esportivo ocorre através da Lei Geral do Esporte, aprovada pelo poder legislativo federal através do PL 1.825/2022 (BRASIL, 2023), a qual estabelece os papéis dos entes no cenário esportivo e nas políticas nacionais nas diferentes esferas.

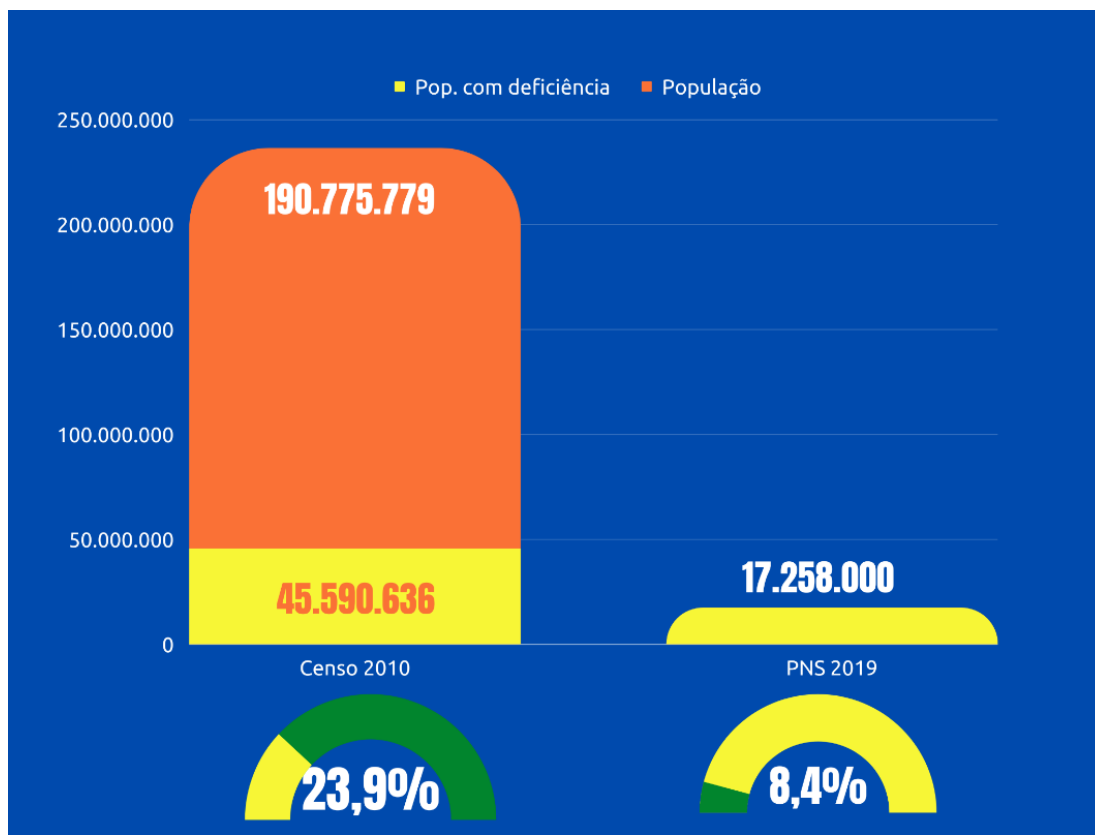
Essa organização permitirá de maneira efetiva que as políticas públicas esportivas cheguem às pessoas de maneira a garantir o exercício da cidadania à população brasileira. Tendo em vista que segundo os dados do Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2022a) o Brasil conta com 207.750.291 de habitantes distribuídos em 5.570 municípios, tal cenário impacta na demanda na estruturação para um planejamento efetivo de políticas públicas que atinjam os mais diferentes pontos do País.

No entanto, este relatório trata de um extrato específico dessa população, o daquelas que possuem alguma deficiência. Nesse sentido é de suma importância apresentar os resultados do Censo demográfico de 2010<sup>1</sup> e da Pesquisa Nacional de Saúde de 2019 (IBGE, 2022b), apresentados na Figura 1, para termos entendimento das dimensões populacionais.

---

<sup>1</sup> Os dados associados à pessoa com deficiência do Censo Demográfico de 2022 ainda não foram divulgados na fase de desenvolvimento desse relatório - 10 de maio de 2023.





**Figura 1:** Porcentagem da população com e sem deficiência conforme o Censo 2010 e a Pesquisa Nacional de Saúde 2019 (IBGE, 2022b).

Os dados do Censo populacional de 2010 permite entender a magnitude da população brasileira e a parcela que apresenta algum tipo de deficiência, já a Pesquisa Nacional de Saúde faz um recorte inserindo a população que apresenta deficiências com maior grau de comprometimento (8,4%). Existe um consenso atual de que o atendimento especializado (educacional, saúde, social, dentre outros) deve ser direcionado para aquelas pessoas que apresentem deficiências severas (BOTELHO; PORCIÚNCULA, 2018). No entanto, a construção de políticas deve transpassar o atendimento para todos, com foco em muitos momentos para serviços especializados. Desse modo e devido às características continentais do Brasil, com número de PcD que supera a população de muitos países, torna-se imprescindível o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para essa população (REIS; MEZZADRI, 2018).



Entende-se as políticas públicas como um conjunto de diretrizes, critérios e linhas de ação que asseguram e possibilitam a gestão do Estado na resolução de problemas enfrentados pela nação (DIAS, 2012). A Lei Geral do Esporte unificou terminologias, e apresentou os níveis e manifestações do desporto que devem fazer parte desse conjunto de ação. Um dos postos-chaves desse processo foi dividir em três níveis distintos, os processos do esporte. Sendo esses:

- I – Formação esportiva;
- II – Excelência esportiva; e
- III – Esporte para toda a vida.

A interação desses níveis deverá prever a sua integração e uma relação não-hierárquica.

Nesse sentido, as políticas públicas também devem apoiar o desenvolvimento do Paradesporto, seentendidas como aqueles esportes praticados pelas PcD (WINCKLER et al., 2022), por meio das ações que permitam o fomento do esporte através da concessão de bolsas ou de recursos para entidades responsáveis pela promoção desse esporte, garantir a inclusão das PcD nas diferentes manifestações e níveis do esporte. No entanto, não é somente o Ministério do Esporte, um órgão Federal, que participa desse processo, mas também as Secretarias estaduais e Municipais de esporte, com responsabilidade de elaborar ações visando a inclusão de PcD no esporte (REIS; MEZZADRI, 2018). Dessa forma, a promoção do paradesporto deve fazer parte das responsabilidades de diversos níveis de gestão pública, como os municípios, tanto com foco na iniciação esportiva, alto rendimento, mas especialmente para qualidade de vida e inclusão deste público.

Em nível municipal, a organização esportiva perfaz a sua limitação inicialmente na sua gestão, isto porque o órgão responsável pelo desenvolvimento da prática desportiva aparece tanto em um Secretaria específica, como em outras pastas como a de Lazer, Educação ou Cultura (BASTOS et al., 2023). Complementarmente, apesar da responsabilidade municipal na implementação de políticas esportivas, existe uma carência de informações que auxiliam nos processos de construção e implementação de novas



políticas públicas em diferentes níveis (MEZZADRI et al., 2020). Assim, considerando a relevância da ação dos Municípios no desenvolvimento de ações esportivas para PcD, o levantamento de dados a respeito da existência de tais ações pode auxiliar no direcionamento e assertividade dos esforços públicos.

Nesse sentido, esse relatório teve como objetivo geral mapear a distribuição das atividades do Paradesporto nos municípios analisados pelo sistema de Gestão do Esporte nos Estados e Municípios (GEEM). Enquanto os objetivos específicos foram realizar o levantamento da distribuição destas ações por região brasileira e tamanho de municípios, características dos gestores e modalidades oferecidas.





# MÉTODO





Este relatório teve como base os dados obtidos da parceria com **Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva (IPIE)**, o qual está vinculado à Universidade Federal do Paraná. O IPIE desenvolveu o sistema de Gestão do Esporte nos Estados e Municípios (GEEM), juntamente com o Ministério do Esporte. O objetivo do instrumento foi levantar dados sobre a gestão do esporte nos estados e municípios, a fim de construir uma rede que auxilie no processo de estruturação e consolidação nos três níveis de atendimento, “Formação Esportiva”, “Excelência Esportiva”, “Esporte para Toda Vida”, validado pela Lei Brasileira do Esporte (MEZZADRI et al., 2020).

O sistema desenvolvido pelo IPIE (MEZZADRI et al., 2020) apresenta aproximadamente 270 questões, respondidas pelo gestor responsável pelo município. Os dados do GEEM, são preenchidos pelos gestores de forma on-line, após ter passado por uma capacitação sobre o procedimento. Atualmente, o formulário apresenta seis dimensões:

1. Dados da entidade, caracteriza e identifica a entidade responsável pela gestão do esporte;
2. Governança, inclui questões a respeito de transparência, prestação de contas, equidade e democracia;
3. Recursos humanos, caracteriza os gestores e quadro funcional do órgão responsável pela gestão do esporte;
4. Política para o esporte, compreende aspectos vinculados à legislação, recursos financeiros, gestão e articulação política;
5. Instalações, identifica os espaços e equipamentos disponibilizados para prática esportiva; e
6. Cultura esportiva, mapeia as modalidades esportivas ofertadas.

Após o preenchimento, os dados podem ser consultados no Relatório de digital e interativo, disponível no site do IPIE (<http://www.inteligenciaesportiva.ufpr.br>).

O questionário das modalidades paradesportivas foi baseado no programa dos Jogos Paralímpicos de Verão. O acesso aos gestores foi realizado através do de termo de cooperação entre o IPIE e a entidade responsável pelo esporte ao nível municipal (ex: secretária), constituindo a amostra com a participação de 36,9% municípios, ou seja, 2056 municípios dentre os 5570 municípios brasileiros identificados pelo censo Demográfico



2022 (IBGE, 2022a). Para a análise, o **Projeto Paradesporto Brasil + Acessível** acessou as bases de dados do IPIE, tendo como foco as ações para PcD.

Os dados foram analisados com alguns recortes, no primeiro de maneira global para o entendimento do cenário do esporte no Brasil (A); enquanto na segunda parte dos resultados (B) focou-se no Paradesporto, permitindo entender como ocorre essa manifestação; na terceira parte das análises houve uma comparação entre os municípios com e sem atendimento para as PcD (C, D, E e F); e na última parte a distribuição das modalidades nos diferentes níveis de manifestação (G).

Para apresentação dos resultados, foram considerados os valores absolutos e distribuição percentilica da amostra, assim como os gráficos apresentados consideram a representatividade da amostra nas regiões e estados brasileiros. Com base apenas na população dos municípios (IBGE, 2022a), foi utilizada a estratificação que considera como município de pequeno porte aqueles com menos que 25 mil habitantes, médio porte os com 25 a 100 mil habitantes e grande porte os municípios acima de 100 mil habitantes (CALVO et al., 2016).



# RESULTADOS

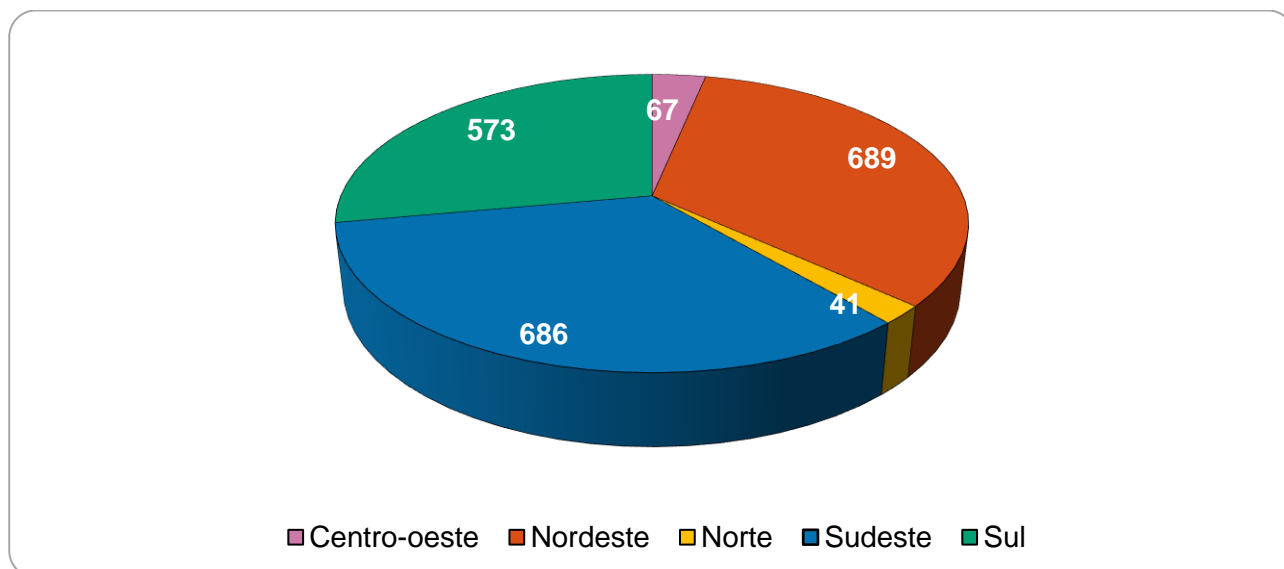




## A. POPULAÇÃO E REGIÃO DA AMOSTRA

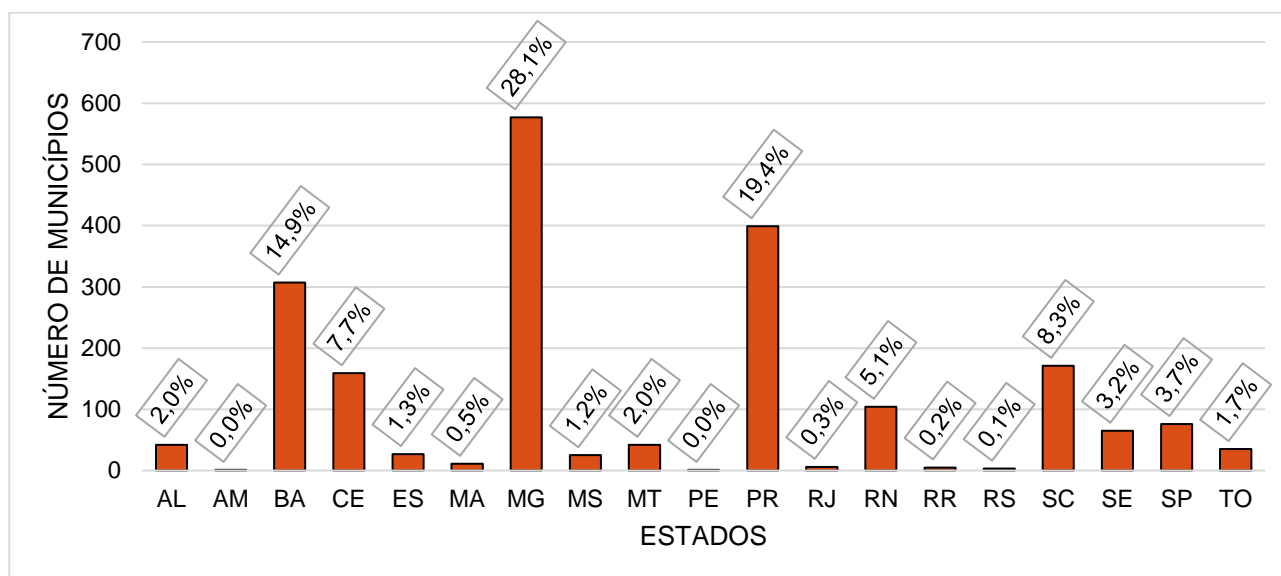
Do Total de 5570 municípios brasileiros foram mapeados 2056 municípios (36,9%), que representam 42,4% da população brasileira, segundo a prévia do Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2022<sup>a</sup>). A região Sul teve a maior participação com 48,1% dos municípios mapeados, seguido da região Sudeste com 41,1%, região Nordeste com 38,4%, região Centro-oeste com 14,4%, e região Norte com 9,1%.

Na Figura 2 está a distribuição com números absolutos por região do Brasil, percebe-se maior amostra nas regiões Sudeste e Nordeste. A divisão por estado brasileiro indica o maior número de municípios em Minas Gerais e Paraná (Figura 3).



**Figura 2** – Distribuição do número municípios por região do Brasil participantes da amostra.





**Figura 3** – Número de Municípios por Estado Brasileiro participantes da amostra.

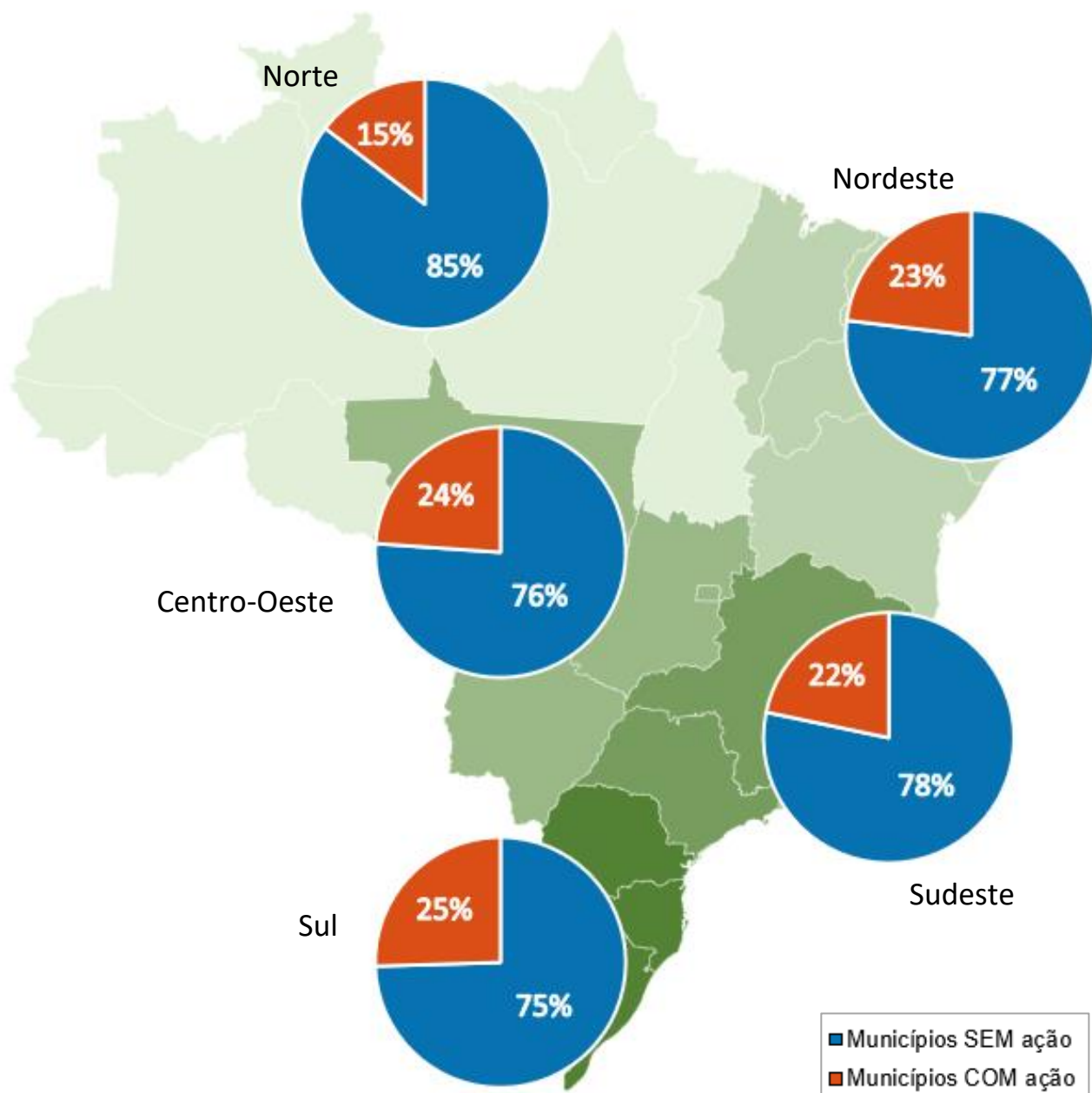
Legenda: O cálculo percentual foi feito pelo valor total de municípios do estado em relação ao total da amostra.

Podemos separar a amostra em três grupos, sendo o primeiro formado pelos estados com representação de mais de 20% de seus dos municípios na amostra (AL, BA, CE, ES, MG, MT, MS, PR, SC, SE, RR, TO), o segundo com estados com menos de 20% de seus municípios (AM, MA, RJ, PE, SP, RS), e o terceiro com estados sem nenhuma resposta (AC, AP, DF, GO, PA, PB, PI e RO).

## B. AÇÕES ESPORTIVAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ao ser questionado sobre o oferecimento de alguma atividade esportiva para pessoas com deficiência (PcD), 23,1% (476 municípios) dos gestores informaram existir a ação no município. A Figura 4 indica a distribuição dos municípios pelas regiões brasileiras. A região Sul apresentou a maior porcentagem (25%) de municípios entrevistados com ações para PcD.



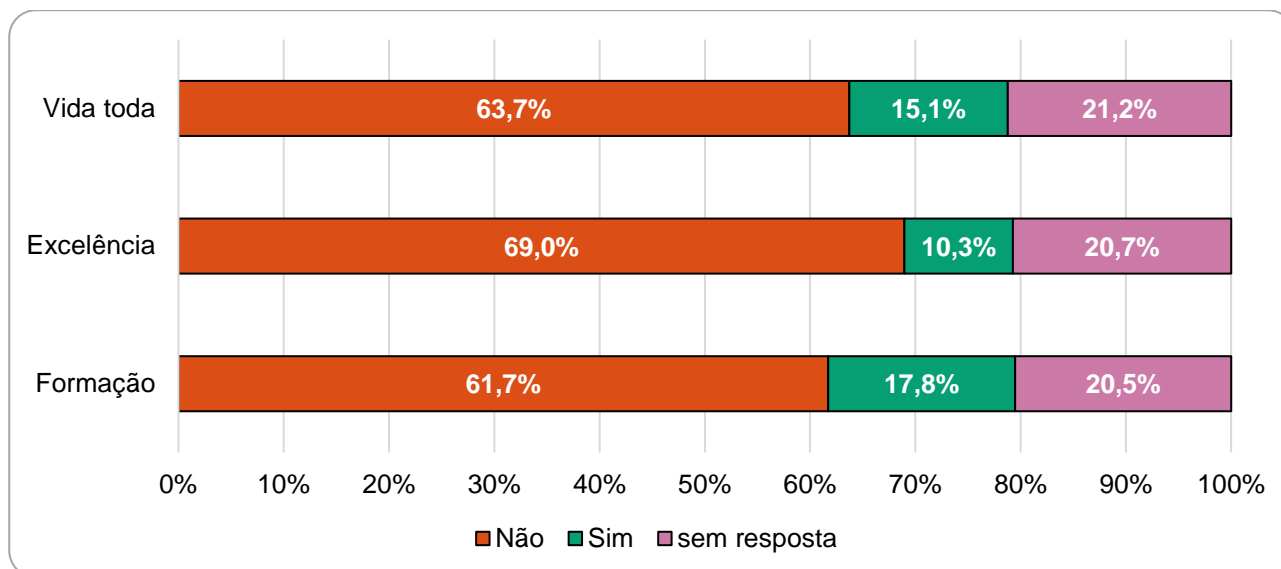


Regiões	Municípios SEM Ação	Municípios COM Ação
Norte	35	6
Nordeste	530	159
Centro-Oeste	51	16
Sudeste	537	149
Sul	427	146

**Figura 4** – Porcentagem de municípios brasileiros por região SEM ou COM ações esportivas para pessoas com deficiência. No quadro o número absoluto de municípios por região.

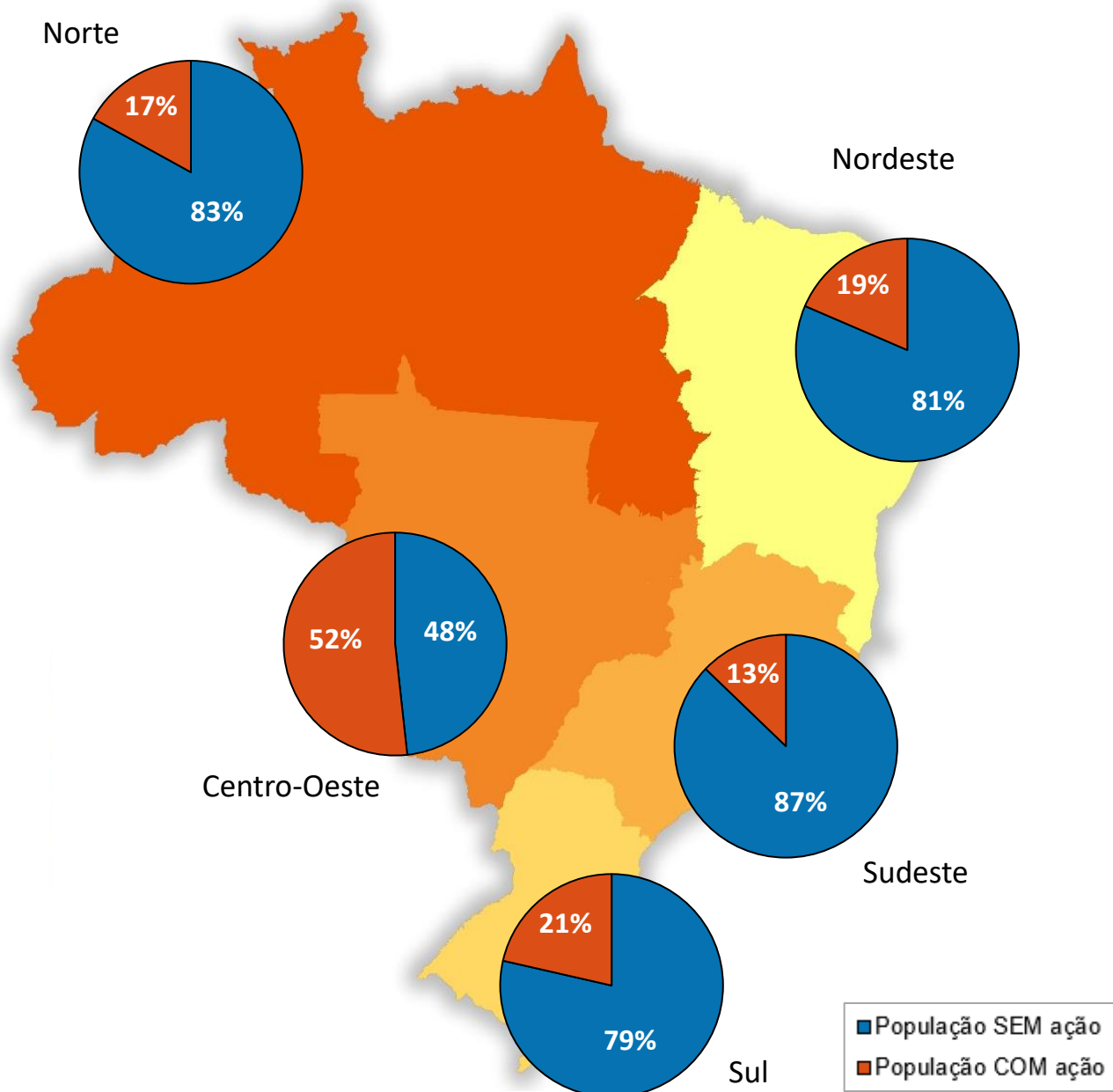


Ao observar as respostas da amostra (2056 municípios) de acordo com o nível da ação (Formação, Excelência e Vida toda), percebe-se uma baixa porcentagem de municípios em cada nível (Figura 5) ou a ausência de respostas na área do Paradesporto.



**Figura 5** – Porcentagem de municípios da amostra que apresentam cada nível de ação esportiva para pessoas com deficiência.

Para analisar a população representada pelos municípios da amostra é apresentada a Figura 6, a qual mostra a porcentagem da população por região Brasileira considerando os municípios existentes, conforme dados do IBGE (2022a), os participantes da amostra e aqueles que possuem ações para PcD.

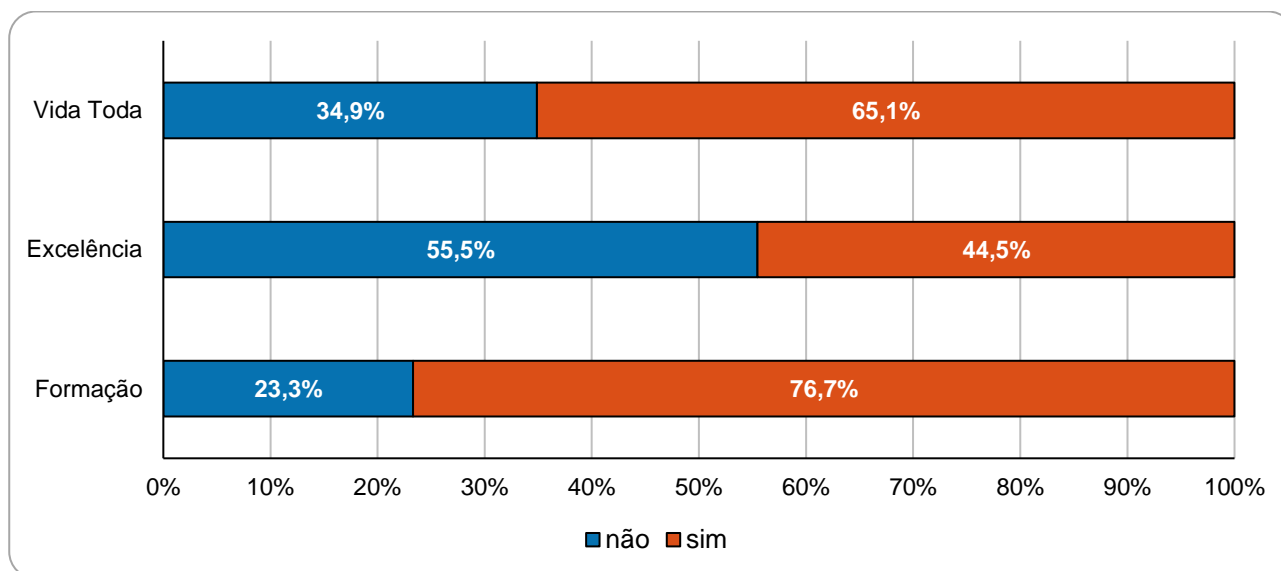


Regiões	População Sem Ação	População Com Ação
Norte	2.363.268	483.797
Nordeste	18.564.511	4.224.454
Centro-Oeste	1.804.641	1.935.009
Sudeste	35.196.477	5.170.376
Sul	14.451.244	3.940.998

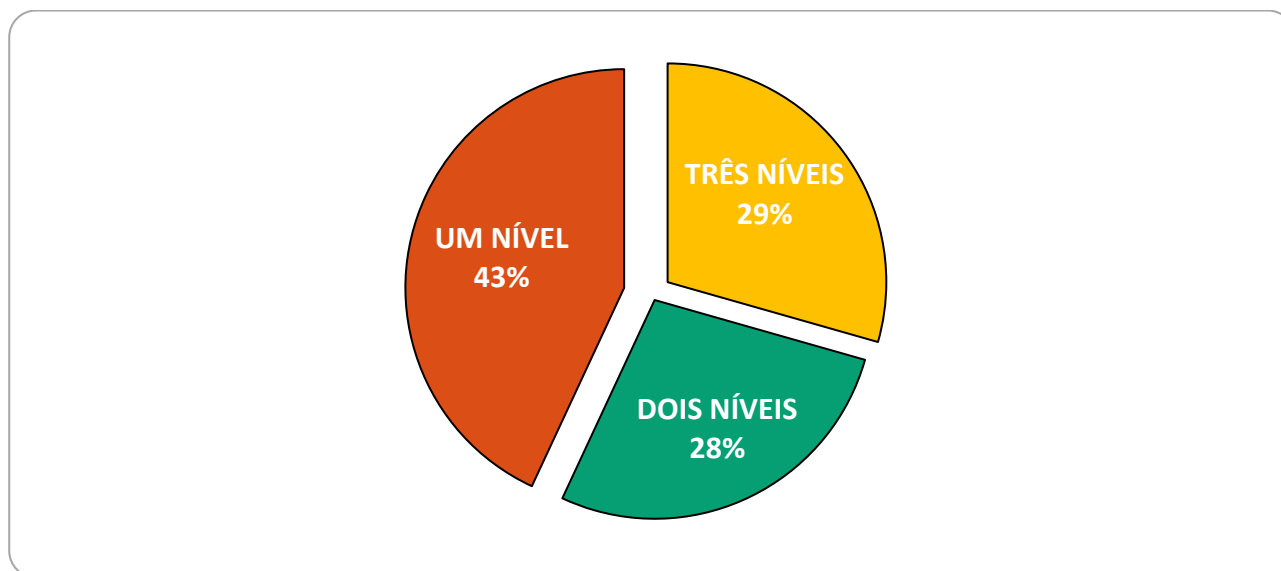
**Figura 6** – Porcentagem da população representada pelos municípios brasileiros por região, considerando os que fazem parte da amostra, que possuem ou não ações esportivas para pessoas com deficiência. No quadro estão a população total de cada região.



Considerando os municípios que indicaram ter alguma ação de esporte para pessoas com deficiência (476), a distribuição da porcentagem por nível de ação está na Figura 7. Enquanto, a Figura 8 indica a porcentagem de municípios dentre os que possuem ações esportivas para PcD que oferecem um, dois ou três níveis de ação.



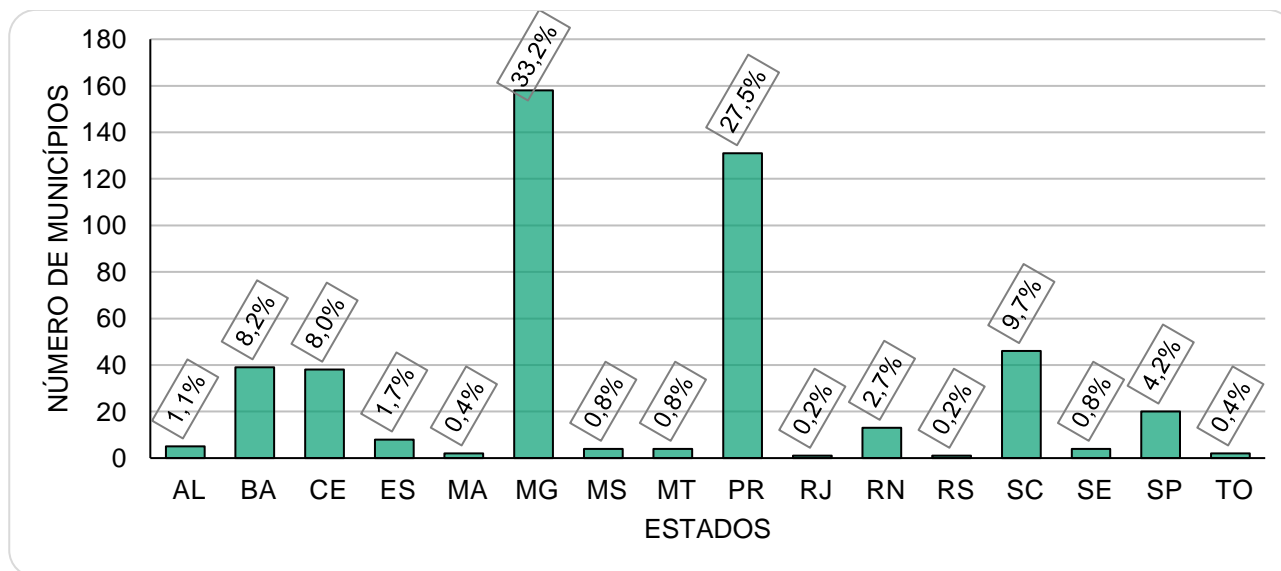
**Figura 7** – Porcentagem de municípios que apresentam ações para pessoas com deficiência nos três níveis de ação.



**Figura 8** – Porcentagem de municípios que possuem um, dois ou três níveis de ações para pessoas com deficiência.

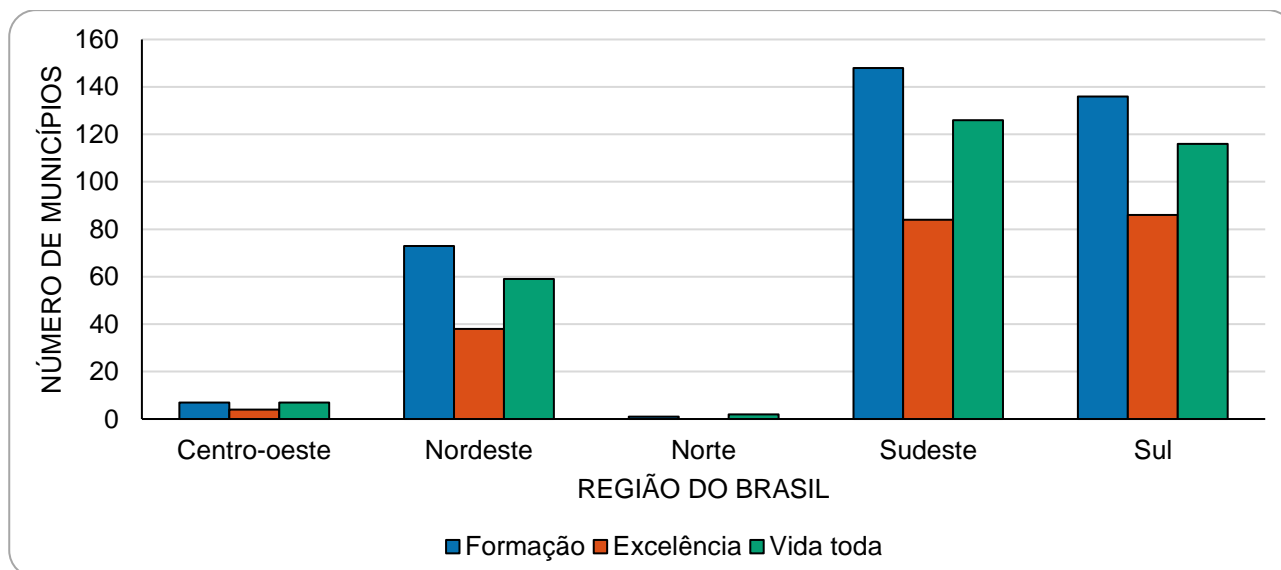


A observação dos municípios com alguma ação esportiva para PcD de acordo com o Estado indica destaque para Minas Gerais e Paraná, com 158 e 131 municípios respectivamente (Figura 9). Considerando números absolutos por região do país o destaque foi para ações de formação (365) e para Vida toda (116).



**Figura 9** – Número de municípios que possuem ações para pessoas com deficiência por Estado Brasileiro, e a distribuição da porcentagem desta parte da amostra.

As regiões Sudeste e Sul apresentaram maiores números nos três níveis, mantendo o destaque para formação esportiva (Figura 10).



**Figura 10** – Número de municípios que oferecem ações esportivas de acordo com o nível (Formação, Excelência, Vida toda) de acordo com a região do país.



## C.ÓRGÃO GESTOR

Dentre os 2056 municípios analisados identificou-se diferentes órgãos como responsáveis pela gestão do esporte (Tabela 1). A maioria tem configuração de Secretaria, sendo 61,53% do total, o mesmo perfil foi encontrado naqueles municípios SEM e COM ação para PcD, 59,18% e 69,33% respectivamente.

**Tabela 1** – Órgãos responsáveis pelo Esporte nos municípios entrevistados SEM e COM ação esportiva para pessoa com deficiência, número de municípios (n) e porcentagem (%).

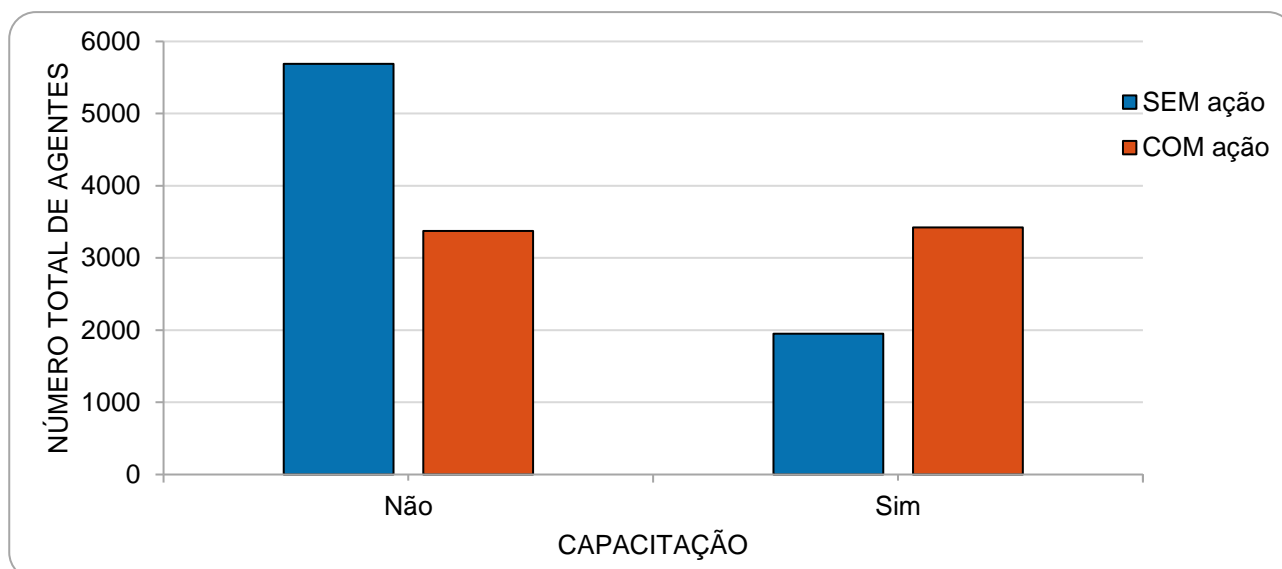
Órgão	Municípios SEM ação n (%)	Municípios COM ação n (%)	TOTAL
Assessoria	6 (0,38%)	3 (0,63%)	9 (0,44%)
Autorquia	2 (0,13%)	2 (0,42%)	4 (0,19%)
Departamento	320 (20,25%)	86 (18,07%)	406 (19,75%)
Diretoria	130 (8,23%)	24 (5,04%)	154 (7,49%)
Fundação	13 (0,76%)	19 (3,99%)	31 (,51%)
Secretaria	935 (59,18%)	330 (69,33%)	1265 (61,53%)
Outro	37 (2,34%)	9 (1,89%)	46 (2,24%)
sem resposta	138 (8,73%)	3 (0,63%)	141 (6,86%)
<b>Total Geral</b>	<b>1580 (100,00%)</b>	<b>476 (100,00%)</b>	<b>2056 (100,00%)</b>





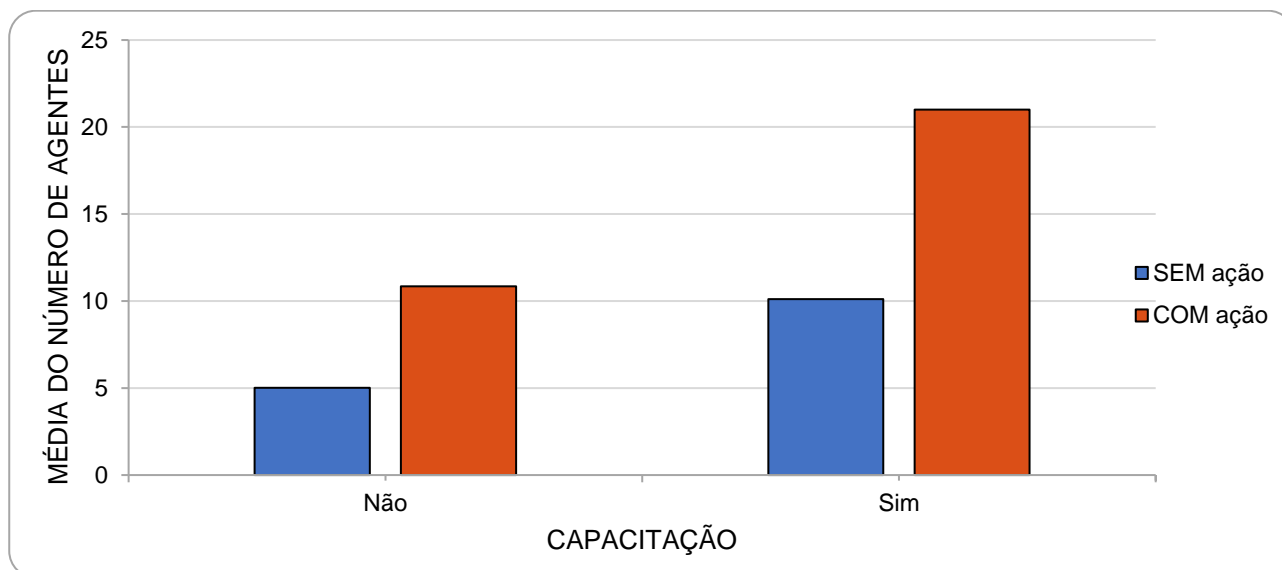
## D. QUADRO FUNCIONAL E CAPACITAÇÃO

A relação do quadro funcional e a existência de cursos de capacitação para os agentes públicos está apresentado nas Figuras 11 e 12. O número total de agentes públicos, incluindo atuação na gestão, técnico e serviços não esportivos especializados, nos municípios SEM ação esportiva para PcD **sem cursos** de capacitação foi de 5689 agentes contra 1950 que tiveram oportunidade de cursos de capacitação. Dentre os municípios COM ação esportiva para PcD existe um maior equilíbrio nos agentes com cursos de capacitação e aqueles sem, com números mais próximos, 3422 e 3376 respectivamente.



**Figura 11** – Número total de agentes públicos de acordo com a existência de cursos de capacitação, no grupo de municípios SEM e COM ação esportiva para PcD.

Nos municípios com capacitação disponível o número médio de agentes é aproximadamente o dobro em relação aos municípios sem capacitação, tanto no grupo SEM (5 e 10,1 agentes) como no grupo COM (10,9 e 21 agentes) ação para PcD. Porém, os municípios COM ações esportivas para PcD o valor médio de agentes é o dobro que os daqueles SEM ação (Figura 12).



**Figura 12** – Número médio de agentes públicos de acordo com a existência de cursos de capacitação, no grupo de municípios SEM e COM ação esportiva para PcD.

## E. CARACTERÍSTICAS DO GESTOR

Considerando a distribuição dos gestores da amostra, 16.10% são mulheres, 72.71% homens e 11.19% não informaram o sexo do gestor responsável. Os gestores apresentam média de idade de 43.3 anos (desvio padrão de 10.3 anos). Os gestores dos municípios SEM ação para PcD 51.46% possuem ensino superior completo ou pós-graduação, já no grupo de municípios COM ação para PcD esta porcentagem sobe para 66.38% (Tabela 2). Mas, por outro lado, 5.8% da amostra geral não possui nem o Ensino Médio completo.



**Tabela 2** – Sexo, idade (média) e escolaridade dos gestores nos municípios SEM e COM ação para pessoas com deficiência, número de gestores (n) e porcentagem (%).

Sexo e escolaridade	Municípios SEM ação		Municípios COM ação		Total	
	Idade	n (%)	Idade	n (%)	Idade	n (%)
<b>Feminino</b>	<b>43,5</b>	<b>274 (17,34%)</b>	<b>46,9</b>	<b>57 (11,97%)</b>	<b>44,1</b>	<b>331 (16,1%)</b>
EF completo	46,0	1 (0,06%)	0	0 (0,00%)	46,0	1 (0,05%)
EM incompleto	60,2	2 (0,13%)	0	0 (0,00%)	60,2	2 (0,1%)
EM completo	46,1	21 (1,33%)	46,9	2 (0,42%)	46,2	23 (1,12%)
ES incompleto	35,9	19 (1,20%)	44,4	3 (0,63%)	37,1	22 (1,07%)
ES completo	41,7	86 (5,44%)	41,1	19 (3,99%)	41,6	105 (5,11%)
PG incompleta	38,1	10 (0,63%)	36,5	3 (0,63%)	37,8	13 (0,63%)
PG completa	45,5	134 (8,48%)	51,8	30 (6,3%)	46,6	164 (7,98%)
Não informado	--	1 (0,06%)	--	0 (0,00%)	--	1 (0,05%)
<b>Masculino</b>	<b>43,2</b>	<b>1078 (68,23%)</b>	<b>44,6</b>	<b>417 (87,61%)</b>	<b>43,6</b>	<b>1495 (72,71%)</b>
EF incompleto	51,8	24 (1,52%)	50,2	7 (1,47%)	51,4	31 (1,51%)
EF completo	48,3	31 (1,96%)	47,6	16 (3,36%)	48,1	47 (2,29%)
EM incompleto	44,0	31 (1,96%)	48,4	7 (1,47%)	44,8	38 (1,85%)
EM completo	45,6	269 (17,03%)	50,0	79 (16,6%)	46,7	348 (16,93%)
ES incompleto	40,2	133 (8,42%)	41,9	44 (9,24%)	40,6	177 (8,61%)
ES completo	41,7	313 (19,81%)	42,5	126 (26,47%)	41,9	439 (21,35%)
PG incompleta	39,7	27 (1,71%)	39,7	13 (2,73%)	39,7	40 (1,95%)
PG completa	42,8	243 (15,38%)	43,8	125 (26,26%)	43,2	368 (17,9%)
Não informado	39,9	7 (0,44%)	--	0 (0,00%)	39,9	7 (0,34%)
<b>Não respondeu</b>	<b>53,9</b>	<b>228 (14,43%)</b>	<b>--</b>	<b>2 (0,42%)</b>	<b>53,9</b>	<b>230 (11,19%)</b>
<b>Total Geral</b>	<b>43,3</b>	<b>1580 (100%)</b>	<b>44,9</b>	<b>476 (100%)</b>	<b>43,3</b>	<b>2056 (100%)</b>

Legenda: EF = Ensino Fundamental; EM = Ensino Médio; ES = Ensino Superior; PG = Pós-graduação; -- = não informado.



## F. POPULAÇÃO

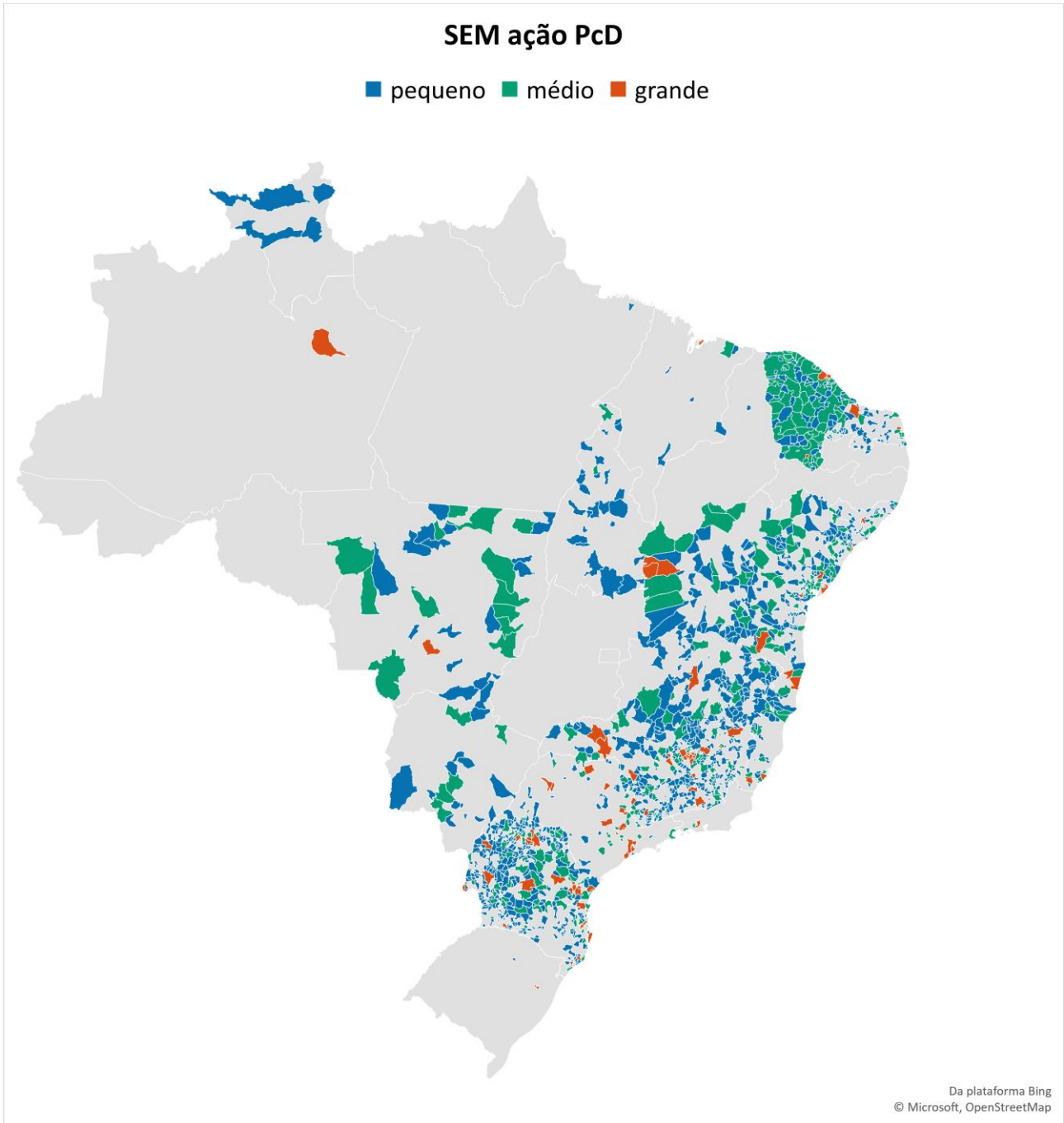
Calvo e colaboradores (2016) classificaram os municípios brasileiros segundo as condições que influenciam a gestão em saúde, dentre elas o tamanho populacional. Considerando município de pequeno porte aqueles com até 25 mil habitantes, de 25 mil a 100 mil habitantes de médio porte, e de grande porte acima de 100 mil habitantes. Segundo esta classificação verificamos o perfil dos municípios que apresentam ações para pessoas com deficiência comparado aos que não possuem (Tabela 3).

**Tabela 3** – Números de municípios de acordo com o tamanho da população, de acordo com presença ou não de ação esportiva para pessoa com deficiência (PcD).

Esporte para PcD	Tamanho do município			Total
	grande	médio	pequeno	
<b>SEM ação</b>	91 (5,8%)	326 (20,6%)	1163 (73,6%)	1580 (100%)
<b>COM ação</b>	36 (7,6%)	84 (17,6%)	356 (74,8%)	476 (100%)

A distribuição percentual é semelhante nos dois grupos, sendo a maioria dos municípios os de pequeno porte, com 73,6% dentre os municípios SEM ação e 74,8% daqueles COM ação possuem menos de 25 mil habitantes.

Nas Figuras 13 e 14 é possível verificar a distribuição dos municípios pelo território brasileiro levando em consideração o tamanho do município (CALVO et al., 2016).



**Figura 13** – Distribuição dos municípios da amostra que NÃO possuem ação esportiva para pessoas com deficiência de acordo com o tamanho da população (pequeno, médio, grande).



**Figura 14** – Distribuição dos municípios da amostra que possuem ação esportiva para pessoas com deficiência de acordo com o tamanho da população (pequeno, médio, grande).

O preenchimento do mapa, levando em conta os estados que não responderam ao questionário e a representação percentual de cada estado, apresentou uma maior concentração dos estados mais litorâneos. Ainda, verifica-se a participação dos estados





mais centrais do Brasil, envolvendo os municípios com maiores populações e atendimento às PcD.

## G. MODALIDADES OFERECIDAS

Na Tabela 5 estão apresentados os números dos municípios que informaram ter ações em cada modalidade para PcD nos três níveis de atuação.

**Tabela 5** – Modalidades oferecidas por nível de ação para pessoas com deficiência.

	Formação – nível I	Excelência nível II	Vida toda nível III
Adestramento Paraequestre	7	4	4
Atletismo	50	38	41
Badminton	12	9	11
Basquete CR	15	13	15
Bocha	21	12	19
Canoagem	7	10	7
Ciclismo	14	11	14
Esgrima CR	4	2	3
Futebol de cegos	100	35	99
Goalball	19	11	11
Halterofilismo	6	7	5
Judô	20	15	12
Natação	27	20	18
Remo	4	3	2
Rugby CR	3	4	3
Taekwondo	9	4	9
Tênis de mesa	18	12	17
Tênis CR	9	5	7
Tiro com arco	0	0	0
Tiro Esportivo	3	3	2
Triathlon	4	3	4
Vôlei sentado	24	10	21
<b>TOTAL</b>	<b>381</b>	<b>234</b>	<b>327</b>

Legenda: CR – cadeira de rodas.



Os dados de disseminação do Paradesporto acompanham em sua distribuição o histórico das modalidades no alto rendimento, entendendo aqui histórico como participação e desempenho em Jogos Paralímpicos. Nesse sentido, modalidades como Atletismo e Natação, a qual são as principais modalidades no número de medalhas conquistada, associados a Bocha, Tênis de Mesa, Vôlei Sentado, Futebol de cegos, Goalball e Ciclismo, modalidades com grande representatividade nas conquistas brasileiras, são as mais praticadas nos municípios. Essa condição cria um cenário propício para a manutenção do seu desenvolvimento e massificação no Brasil, mas indica a necessidade de disseminar as demais modalidades paralímpicas e do Paradesporto, tendo em vista que essa necessidade não se limita àquelas modalidades contempladas pelo programa dos Jogos Paralímpicos.

Alguns aspectos relevantes merecem considerações. A modalidade que apresenta o maior nível de disseminação nos municípios é o Futebol de Cegos. Tal fato chama a atenção em virtude de suas especificidades. Embora, os números mais altos de ações estejam no esporte de Formação seguido de para a Vida Toda, o que permite entender que essa condição esteja associada com práticas que demandam menor investimento e ajustes específicos em virtude das possibilidades pedagógicas desses níveis, tal condição pode estar diretamente associada a questão cultural no Brasil. Com relação à prática em nível de Excelência ter sido a menor, deve-se considerar a demanda de utilização de banda lateral, bola com guizo, chamador e o número de atletas cegos durante a prática o que pode ser fator limitador do desenvolvimento desta, em especial sem ações bem estruturadas e planejadas.

Nessa mesma linha, modalidades com estrutura e características específicas, como basquete em cadeira de rodas, goalball e bocha, apresentam grande disseminação, sendo as modalidades com maior quantidade, principalmente no nível de formação esportiva. Novas modalidades do Programa Paralímpico (Bocha e Taekwondo) também se encontram entre as com maior representatividade.

A concentração de práticas no nível Vida Toda, que abrange as atividades de saúde e reabilitação, apresentam boa representatividade dentro da amostra dos municípios, no entanto, esses dados podem ser potencializados através da sistematização das políticas públicas intersetoriais. Basta observar para isso os números da natação que poderia ser maior tendo em vista os modelos de reabilitação das pessoas com deficiência física passa muitas vezes pelas práticas aquáticas.



# CONSIDERAÇÕES FINAIS





A análise dos dados do Paradesporto indica que o processo está numa fase avançada com representatividade bastante expressiva, no entanto o trabalho precisa progredir para aumentar o número de municípios avaliados e consequentemente suas ações.

Os dados do paradesporto indicam uma porcentagem de municípios que apresentam alguma ação esportiva para pessoas com deficiência, porém, ainda muito baixa se comparada as potencialidades e dimensões do Brasil. Nesse sentido, os impactos e características consideradas nesta análise mostraram que praticamente não houve diferenças no tamanho populacional dos municípios de acordo com a presença ou não de ações para PcD, tampouco na distribuição do tipo de órgão gestor do esporte. No entanto, a formação do gestor foi superior nos municípios que possuem ações esportivas para PcD.

As ações esportivas para pessoas com deficiência no nível de formação estão presentes em maior porcentagem de municípios da amostra (17,8%), e esse nível é o mais representativo em 76,7% dos municípios que apresentam algum nível de ação para PcD.

Políticas públicas setoriais e intersetoriais devem ser estabelecidas para atender aos 24% da população com deficiência do Brasil, de modo a garantir não apenas o acesso dessas pessoas, mas o exercício de sua cidadania. Nesse sentido, programas especializados de atividades para a vida toda devem ser implementados para atender a excelência esportiva; nas ações para a vida toda, quer seja na área do lazer ou saúde; ou na formação, permitindo o desenvolvimento a mudança de paradigma do olhar para a deficiência como um estigma de corpo deficiente, para pessoa com deficiência que pode se desenvolver através de suas oportunidades.



# REFERÊNCIAS





BASTOS, P. A. DE H.; LOBATO, P. L.; FERNANDES, A. J. S.; TEIXEIRA, D. M. D.; PINTO, A. G. A. P.; FERREIRA, C. A. D.; DE HOLANDA, R. H. R.; BARBOSA, R. M. C. Gestão do desporto municipal: evidências para a prática. **Revista Contemporânea**, v.3, n.4, p.3122–3148, 2023. <https://doi.org/10.56083/RCV3N4-023>

BOTELHO, L. C.; PORCIÚNCULA, K. Os desafios para a produção de indicadores sobre pessoas com deficiência - ontem, hoje e amanhã. In.: SIMÕES, A.; ATHIAS, L.; BOTELHO, L. (org.) **Estudos & Análise: Informação demográfica e socioeconômica 6**. IBGE, 2018. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101562.pdf>>. Acessado em: 2-Nov-2021.

BRASIL. **Lei Geral do Esporte**, Projeto de Lei n. 1825, de 2022 (substituto da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado n.68, de 2017), em tramitação. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/156611>>, acessado em: 10-maio-2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05:1988>> Acessado em: 20-abril-2023.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Diário Oficial da União 2015.

CALVO, M. C. M.; et al. Estratificação de municípios para avaliação em saúde. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v.25, n.4, p.767-776, out-dez, 2016.

DIAS, R. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

IBGE. Prévias da população calculada com base nos resultados do Censo Demográfico 2022 até 25 de dezembro de 2022. IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação Técnica do Censo Demográfico – CTD, 2022a.

IBGE. **Pessoas com deficiência e as desigualdades sociais no Brasil / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro, 2022b. Disponível em:<<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101964>> Acessado em: 02-maio-2023.

MEZZADRI, F. M.; SANTOS-LISE, N.; MAOSKI, A. P. C. B.; CASTRO, S. B. E. de.; STAREPRAVO, F. A.; SANTOS, T. de O. Sport management in states and municipalities (GEEM): presentation of a research tool for sports intelligence in Brazil. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 10, p. e3769108716, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i10.8716.

REIS, R. E.; MEZZADRI, F. M. **Políticas públicas e ações esportivas voltadas às pessoas com deficiência no estado do Paraná**. Cadernos de Educação Tecnologia e Sociedade, v. 11, n. 1, p. 14, 31 mar. 2018.





WINCKLER, C.; CIDADE, R.; FERREIRA, M.; MELO, G.; LIMA-TRIGO, E.; WILLIG; R. M.  
**Definindo o Paradesporto.** Santos: Paradesporto Brasil + Acessível, 2022.



## **EQUIPE INTELIGÊNCIA ESPORTIVA**

### **Coordenação Geral**

Fernando Marinho Mezzadri

### **Coordenação**

André Mendes Capraro

Fernando Renato Cavichioli

Wanderley Marchi Júnior

### **Apoio técnico**

João Victor Moretti de Souza

Maria Eloisa de Oliveira



## **EQUIPE PARADESPORTO BRASIL + ACESSÍVEL**

### **Coordenação**

Prof. Dr. Ciro Winckler

### **Produção de Conteúdo**

Profa. Dra. Geiziane Leite Rodrigues de Melo

Profa. Ms. Mariane Ferreira

Matheus Giraldi Magioli Cadan

Gabriel Petille Hune

Ana Julia Zambrini de Miranda

### **Repositório Temático no Paradesporto**

Profa. Dra. Ruth Eugênia Amarante Cidade

Profa. Dra. Mirna Clemente

Maria Clara Costa da Silva

Gabriel Rodrigues Trindade da Silva

### **Análise de dados de Políticas Públicas no Paradesporto**

Profa. Ms. Elke Lima Trigo

Profa. Dra. Renata Matheus Willig

Renan Mendes de Souza

João Victor de Souza Borges Santos

Prof. Dr. Ricardo Luís Fernando Guerra

### **Intérpretes de Libras**

André Luiz Salvador

Andressa Lins dos Santos Salvador

Clélia de Souza Pereira Luiz

### **Equipe de Diagramação**

Jéssica Carine da Costa Caires

Gabriel Claro Nogueira

### **Apoio Técnico**

Elisangela Marina dos Santos

### **Suporte de TI**

Silvio F



# PARADESPORTO BRASIL + ACESSÍVEL

 @cbpp22

 @paradesportoacessivel

 [paradesporto.unifesp.br](http://paradesporto.unifesp.br)

Realização



Apoio

MINISTÉRIO DO  
ESPORTE

